

Apontamentos históricos sobre o Turismo Social¹

Historical notes on Social Tourism

Bernardo Lazary Cheibud

RESUMO

Este artigo é fruto de uma investigação em andamento, desde 2011, acerca da origem, constituição e implementação da ideia de turismo social no Serviço Social do Comércio (Sesc), examinando as circunstâncias em que o lazer e o turismo tornam-se relevantes nas suas políticas. Procuramos entender as metamorfoses e readequações que nortearam as ações da Instituição, e como as modificações no conceito de turismo social no Brasil e no mundo vêm dialogando com suas diretrizes, posturas e intenções. Mapeamos e analisamos a produção acadêmica, sobretudo brasileira, que de forma central ou tangencial, abordou a temática. Foram realizadas quatro entrevistas, com profissionais responsáveis pelos setores de pesquisa e documentação das administrações regionais do Sesc do Rio de Janeiro e de São Paulo – duas regionais atuantes e “atentas” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativas na história do turismo social no país – e com profissionais do setor de Turismo Social do Departamento Nacional, que compõem uma equipe responsável pelas diretrizes nacionais do Sesc. Foram feitas algumas visitas à Biblioteca do Sesc Nacional, um dos poucos lugares que congrega documentos importantes relacionados à história do Turismo Social na Instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Social; História; Sesc.

ABSTRACT

This article is a result of an investigation in progress, since 2011, regarding the origin, constitution and implementation of the idea of social tourism at Social Service of Commerce (Sesc), examining the circumstances in which leisure and tourism become relevant to its policies. We try to comprehend the changes and readjustments that guided the institution's actions, and how the modifications in the concept of social tourism have been interacting with Sesc's guidelines, postures and intentions. We have mapped and analyzed the academic production, particularly Brazilian, which, in different manners, has addressed the theme. Four interviews were performed, with the professionals responsible for the sectors of research and documents of the regional administration at the Sesc of Rio de Janeiro and São Paulo – the two regional offices that are actively and “attentively” involved with the ideas and changes related to the social tourism in the world and present in the history of the social tourism in the country – and with the professionals of the Social Tourism sector's of the Sesc National Department, whom integrates a team responsible for the nationals guidelines of the Sesc. Some visits were made to the Library of Sesc National Department, one of the few places that keep relevant documents related with the history of Social Tourism in Institution.

KEYWORDS: Social Tourism; History; Sesc.

Introdução

Nos últimos anos o turismo vem, inegavelmente, se submetendo a um progressivo processo de expansão no Brasil e no mundo. Nesse quadro de crescimento, um dos principais desafios é promover a distribuição equitativa das oportunidades que insurgem engendradas pela atividade turística. Questões econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas constituem algumas das barreiras que restringem a fruição do turismo enquanto possibilidade de lazer para a população de um modo geral. O turismo social surgiu como uma proposta de democratizar a experiência turística a estes indivíduos ou grupos com alguma limitação ou dificuldade de acesso. O Ministério do Turismo do Brasil caminha conceitualmente neste sentido, concebendo-o como a “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, s.d). Já o Comitê Econômico e Social Europeu o define explicitamente como um direito:

Todo mundo tem o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente, bem como o direito ao tempo de lazer que lhes permite desenvolver todos os aspectos da sua personalidade e sua integração social. Claramente, todos podem exercer este direito ao desenvolvimento pessoal. O direito ao turismo é uma expressão concreta desse direito geral, e o turismo social é impulsionado pelo desejo de garantir que ele seja universalmente acessível na prática (EESC, 2006, p.68).

Nesse cenário, iniciativas que pretendam democratizar as oportunidades de acesso a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica. Considerando-se o lazer como um *direito social*, suas configurações não deveriam representar nenhum tipo de privilégio. Mas infelizmente não é exatamente assim que as coisas vêm se encaminhando. Sobretudo se pensarmos que, em geral, as ações governamentais brasileiras nesse setor são escassas e, quando existem, ineficientes do ponto de vista social. O Ministério do Turismo, por exemplo, tem liberado recentemente uma considerável quantidade de recursos para a organização do turismo no Brasil, mas a forma de endereçamento dessas iniciativas visa sempre associações empresariais ou outros segmentos patronais. A população menos favorecida, que é quem deveria usufruir das benesses do crescimento dessa economia, bem como das ações públicas para com ele, se veem à margem de todo o processo, participando, quando muito, como coadjuvantes ou mão de obra precarizada.

Nas palavras de Robert Ezra Park, um dos principais pensadores da escola de Chicago: “[...] em sociedade vivemos não apenas juntos, mas ao mesmo tempo vivemos separados, e as relações humanas sempre podem ser consideradas, com maior ou menor precisão, em termos de distância” (1925, p.4). Será que as ações envolvendo o turismo social tem conseguido minimizar a má distribuição exposta, diminuindo principalmente o distanciamento social colocado por Park? Será este o real intuito destas ações?

Na minha dissertação de mestrado² tangenciei essas questões ao analisar as mediações existentes no projeto Turismo Jovem Cidadão (TJC), iniciativa subsidiada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) do Rio de Janeiro, que intenta proporcionar a jovens de comunidades de baixa renda visitas a pontos turísticos e equipamentos de lazer e cultura da cidade, notadamente uma experiência inserida na perspectiva do turismo social.

Em razão do objetivo do trabalho, não couberam na pesquisa de mestrado questionamentos a respeito das intencionalidades do Sesc enquanto instituição ou de seu desempenho geral na área de Turismo. Neste trabalho tentarei ampliar as reflexões para uma dimensão longitudinal por meio de uma pesquisa historiográfica.

O recorte cronológico abarca desde a criação ou primeiro ato do Sesc relacionado ao turismo social até as ações contemporâneas. Apesar do extenso período a ser estudado, as análises focam uma experiência específica, sem deixar de contextualizá-la as outras ações da Entidade e ao turismo social desenvolvido fora do Sesc. Até o momento foram realizadas quatro entrevistas, com profissionais responsáveis pelos setores de pesquisa e documentação das administrações regionais do Sesc do Rio de Janeiro e de São Paulo – duas regionais atuantes e “atentas” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativas na história da Instituição e na história do turismo social no Brasil - e com profissionais do setor de Turismo Social do Sesc Nacional, que compõem uma equipe responsável pelas diretrizes nacionais da Instituição. Foram feitas algumas visitas à Biblioteca do Departamento Nacional, situada na cidade do Rio de Janeiro, um dos poucos lugares que congrega documentos importantes relacionados à história do Turismo Social no Sesc, e por conseguinte, no Brasil. Além disso, mapeamos e analisamos a produção acadêmica brasileira, que de forma central ou tangencial, abordou a temática supracitada. Para construção deste artigo, também tivemos a contribuição dos debates sobrevividos da disciplina optativa que ministrei no curso de graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) no 1º semestre de 2012, intitulada “Turismo social: fundamentos e ações”, espaço em que foram discutidos textos e projetos abrangendo diretamente o tema.

A motivação central para esta investigação é a consideração da importância de discutir o turismo social, especialmente em uma sociedade tão eivada de desigualdades sociais, como é o caso da brasileira, bem como o reconhecimento e o olhar crítico sobre a história e relevância das iniciativas envolvendo tal fenômeno no Brasil. Em linha gerais, a intenção desta pesquisa é a de tentar compreender o turismo social em consonância com os elementos históricos, políticos e sociais que assinalaram seu percurso por meio de programas, projetos e ações realizadas pelo Sesc, instituição brasileira em que tal fenômeno foi fomentado e desenvolvido.

Breves notas sobre o Turismo Social

Para conhecermos as políticas e ações nos diferentes âmbitos da sociedade que tenham como premissas as demandas sociais e a inclusão na experiência turística, é necessário entender o momento histórico em que a atividade passa a ser pensada, organizada e inserida nas políticas públicas, recebendo apoio e incentivo.

O turismo emerge na Europa do século XIX caracterizando uma viagem oportunizada inicialmente aos mais abastados, os quais buscavam prazer, descanso, diversão, consumo e distinção, ou o que Eugen Weber coloca como “*o prazer de dizer que tinham viajado*” (1988, p.216). Diferentemente do *Grand Tour*, viagens realizadas por jovens aristocratas com o objetivo de educação e formação particularizada, o turismo apresenta prontamente uma estrutura de consumo, hospedagem e restauração ao redor da experiência (CASTRO, 2001). A construção vertiginosa de ferrovias e o surgimento do trem e do barco a vapor facilitaram o deslocamento entre os centros urbanos emissores e os balne-

ários turísticos e casas de campo (WEBER, 1988). Segundo Araújo (2001), o turista se diferencia de outros viajantes por esperar que sua viagem seja organizada por terceiros, com vistas ao seu conforto, segurança e bem-estar. Assim como acontece no lazer como um todo, a *indústria* do turismo nasce junto com o *fenômeno* e o fato de ser indústria representa uma de suas características constitutivas. De acordo com Castro (2006, p.80), “no Brasil, foi apenas nas primeiras décadas do século XX que o turismo organizado começou a funcionar, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros guias, hotéis turísticos, órgãos oficiais e agências de viagem destinados prioritariamente a atrair e a receber turistas”.

Precisamos compreender a conjuntura sócio-política (1), cultural (2) e econômica (3) em que não somente o turismo, como outras manifestações de lazer presentes no tempo de não-trabalho começam a receber atenção do patronato - primeiro industrial, depois o comercial - e do governo, algo que abrange diretamente nosso objeto de estudo:

(1) O mundo urbano-industrial, sobretudo pela aglomeração de pessoas nas cidades, facilitou a velocidade com que novas aspirações surgiam e se desdobravam em algum tipo de ação coletiva, em grande parte objetivando a conquista de direitos. Em cognição ao nosso objeto de estudo, um movimento social dos mais relevantes em diversos países foi realizado pelos trabalhadores, que reivindicaram a diminuição da jornada de trabalho³, progressivamente conquistada por meio de pressões e lutas a partir da segunda metade do século XIX na Europa⁴. A história da redução da jornada de trabalho no Brasil iniciou-se com o amadurecimento associativo e sindical dos trabalhadores e a formação das primeiras greves. O período de 1907 até 1930 foi considerado “os anos de chumbo” do movimento operário no país e da luta pela redução do tempo de trabalho, “quando aconteceram os incidentes mais sangrentos e os confrontos mais claros entre trabalhadores e as chamadas classes dominantes” (CAMARGO, no prelo). Na década de 30, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foi feita uma série de medidas legais em favor dos trabalhadores e que vigoram até hoje, conhecidas como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)⁵. Principalmente a conquista de um tempo de descanso semanal (fim de semana) e anual (férias) foi fundamental para o aumento dos passeios e viagens turísticas;

(2) perante as demandas da modernidade permanentemente em movimento e frente a um extenuante ritmo urbano cotidiano, o lazer passou a ser visto como uma *necessidade* do indivíduo; e o turismo colaborou de maneira efetiva para a consolidação deste imperativo, presente nesta citação de Urry (2001: 20): “*é um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias. ‘Preciso tirar umas férias’: eis a mais segura reflexão de um discurso moderno, baseado na idéia segundo qual a saúde física e mental será recuperada se simplesmente pudermos viajar de vez em quando*”. Além desta noção restauradora, “o turismo é algo que confere status nas sociedades modernas” (MENEZES *et al*, 2010, p.3). Esta diferenciação diz respeito à intenção do turista de se apropriar de símbolos de distinção por meio do consumo dos objetos e espaços turísticos. Nas palavras de Bourdieu (2007), quando este conjunto de símbolos começa a cair no gosto da classe média, torna-se banal e antiquado para os mais ricos;

(3) o desenvolvimento tecnológico⁶, especialmente a partir de meados do século XX, contribui significativamente na chamada segunda revolução dos transpor-

tes. A proliferação das rodovias e a massificação do automóvel e do avião de passageiros (cada vez mais veloz e com maior capacidade) foram cruciais ao diminuírem as distâncias, facilitando o acesso das pessoas aos mais variados espaços de lazer e intensificando o fluxo turístico mundial. De acordo com a Embratur - antiga empresa brasileira de turismo, órgão público que regulamentou a atividade turística no Brasil desde 1966, originando o atual Ministério do Turismo – “[...] *na década de 1960, o turismo torna-se uma realidade no Brasil. No âmbito doméstico, o desenvolvimento da indústria automobilística e da malha rodoviária leva a classe média a viajar em automóveis pelo país. A rede de serviços para o turismo começa a se estruturar, sobretudo na costa brasileira*” (MTUR, s/d, p.28).

Na opinião de Alves-Júnior e Melo (2003), a burguesia se aproveita deste *novo* tempo, desta *necessidade* e de mecanismos e tecnologias para exercer mais poder. As tensões existentes neste panorama são sintetizadas pelos autores tendo em vista sua contradição histórica: os empregadores, que no início eram contra a redução da jornada de trabalho, enxergam no tempo liberado interessantes possibilidades de propagação de valores úteis à manutenção do sistema, seja com lucros diretos e indiretos – com o consumo até então impensado de seus produtos pelos próprios empregados e com o retorno deles ao trabalho, restaurados e, por conseguinte, produtivos – seja por difundir pressupostos ideológicos. Logicamente que este processo não é linear, e sim, eivado de adequações, subversões, resistências e “novas” tentativas de controle, num cenário contínuo de reelaborações e circularidades.

O Reino Unido foi “*o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazeres e à urbanização sem precedentes que a Revolução Industrial produziu*” (PORTER, 2001, p.21). O turismo organizado para os trabalhadores surge com o objetivo, por parte dos burgueses e autoridades religiosas, de ser um lazer mais organizado e contido do que as manifestações relacionadas com a festa, bebedeiras e apostas que ocorriam no espaço público urbano (OURIQUES, 2005). Diferentemente de outras formas de lazer que passaram por este processo de controle, o turismo já nasce cordato e com o desígnio de competir com outras atividades menos disciplinadas, como bem aponta John Rule: “*Era necessário um poderoso magnetismo para atrair a população trabalhadora e retirá-la de suas tabernas; entre os recursos que mais se utilizavam, em especial depois do início da época das ferrovias, estavam as excursões organizadas e os dias de campo*” (apud OURIQUES, 2005, p.30).

Podemos perceber, de maneira longitudinal, que, a popularização efetiva do turismo no decorrer do século XX se desdobra em dois processos inicialmente distintos, mas que em alguns momentos apresentaram pontos de contato. Por conta do considerado aumento do tempo de não trabalho e a necessidade de controle deste por parte dos diferentes Estados, o turismo social se desenvolve a partir do início do século XX, permanecendo – com continuidades, rupturas e mudanças – até os dias atuais. Já o turismo de massa é oriundo de um processo que ocorre a partir de meados do século XX. Ouriques (2005, p.33) reafirma o que foi mencionado acima: além da disseminação das férias pagas, a segunda revolução nos transportes, “*por meio do automóvel e do avião, foram meios necessários para uma ‘massificação’ dos deslocamentos humanos*”; que, naquele momento, recebe a contribuição fundamental dos meios de comunicação de massa (especialmente

a televisão), difundindo imagens do “mundo” e sensibilidades relacionadas ao lazer e ao turismo, intensificando anseios e desejos. Logicamente que o turismo social se aproveita desta massificação, todavia os dois diferem nos princípios e, relativamente, na intencionalidade. Enquanto o chamado turismo de massa ou comercial apresenta uma lógica que já está dada, baseada no capital, onde predomina a ideia de lucro, o turismo social se situa num jogo político complexo permeado de ideologias, resultado de tensões existentes entre capital, trabalho e luta de classes.

A origem do turismo social na literatura europeia está datada no período entre guerras no século XX. A partir da década de 20, países como Itália, União Soviética e Alemanha criaram infraestruturas e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo em grupos. Podemos, nestas ações, notar a primeira característica presente no turismo social: “o acesso para quem não tem condições financeiras”, algo que até hoje provoca discussões no campo acadêmico por, muitas vezes, ser considerado seu único elemento constitutivo. Nestas primeiras experiências com turismo social podemos perceber a clara intenção de controle dos tempos livres e de férias das massas feito por países totalitaristas, com objetivos político-partidários de assegurar a gratidão do povo⁷ (FALCÃO, 2006).

No Brasil, para nortear contextualmente nosso objeto de pesquisa, precisamos compreender o que Gomes (1994) denomina de “invenção do trabalhismo”, que nos traz a perspectiva de construção do cenário em que os Serviços Sociais foram criados. Com a instauração do Estado Novo em 1937, os direitos do trabalho foram eleitos como direitos da justiça social já que os direitos políticos e civis foram suspensos. A cidadania passou a estar ligada ao exercício da profissão e a carteira de trabalho passou a ser o seu símbolo (BRÊTAS, 2008). Na opinião de Gomes (1994, p.6-7), o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político “*implica em lidarmos com a questão da construção do conceito de cidadania e mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares*”. Dentre este “novo” mundo de direitos, o lazer representa um papel crucial, sobretudo nos Serviços Sociais.

Segundo Corrêa (2008), pode-se enxergar as décadas de 30 e 40 no país como um período marcado pela paulatina substituição do modelo agroexportador para o modelo industrial, o que trouxe desdobramentos diversos, inclusive no que se refere à urbanização. Para a autora, o adensamento do processo de industrialização nos anos 40 teve como consequência o acirramento da chamada *questão social*: pressionados pelos movimentos sindicais, “*Estado e empresário optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho*” (p.8). Constituindo nosso aporte teórico, a pesquisa de Brêtas (2007) enfatiza que os Serviços Sociais devem ser considerados como experiências complexas e contraditórias, pois além de possuírem intenções de controle e de manipulação, ainda estavam fortemente marcados pela ideologia presente no Estado Novo. Os Serviços ofereceram aos trabalhadores sindicalizados “*a oportunidade de fruição de vivências culturais que eram consideradas extremamente benéficas e necessárias para a formação/educação do novo trabalhador, fundamental para os novos tempos*” (BRÊTAS, 2008, p.4). Ao mesmo tempo os trabalhadores passam a ter acesso a uma diversidade maior de experiências; como corroborado por Corrêa (2008, p.2), as atividades organizadas pelos Serviços “*poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um*

universo de outros conhecimentos e linguagens que poderia lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar”.

Na opinião de Pinto (2008), a recreação operária no Brasil do século XX é a primeira tentativa de organização institucionalizada do tempo de não-trabalho dos operários – as atividades físicas e o esporte são proporcionados com o objetivo de delinear corpos fortes e saudáveis para a labuta. O Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro até 1964, “[...] destinava-se a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias e tinha o objetivo de coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração” (BRÊTAS, 2008, p.2). Podemos elucidar a premissa utilitarista mencionada por Pinto com o depoimento do professor de Educação Física Vinícius Ruas, organizador de atividades do antigo SRO:

[...] os desportos representam a forma da atividade física que melhor corresponde as necessidades do adolescente e adulto. Traduzem exercícios físicos que se realizam, individual ou coletivamente, segundo regras pré-estabelecidas e aceitas internacionalmente. Os desportos poderão ser encarados como agente educacional, elemento de recreação, meio de competição ou recurso profissional, em cada um desses casos apresenta características próprias que o identificam⁸ (apud Rodrigues, 2010: 142-143).

Rodrigues (2010) afirma que dentre as diversas atividades oferecidas pelo Serviço de Recreação Operária (SRO), encontram-se as excursões (geralmente com duração de um dia), o que, mesmo que incipiente e sem dialogar intensamente com uma concepção mais ampla, pode estar na raiz ou na “pré-história” do turismo social no Brasil.

Na Europa, a base do turismo social na modalidade em que se pratica em quase todo o mundo - assim como seu conceito mais disseminado - surge na França pouco antes da 2ª Guerra Mundial: em 1936, ano da Convenção da Organização Social do Trabalho, criou-se a primeira Secretaria do Lazer em âmbito governamental. Na opinião de Falcão (2009, p.121), “[...] a difusão da prática do turismo para as camadas populares pode ser considerada uma consequência das conquistas obtidas pelos movimentos de trabalhadores”. No ano seguinte, o turismo social foi estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tous* (entidade gerida por trabalhadores), movimento este posteriormente seguido por Portugal e Bélgica.

Nos exemplos de aplicação do turismo social, podemos perceber que cada país fornece uma maneira diferente de realização. Nos países considerados neoliberais, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, o turismo social é um fenômeno bem menos conhecido, e raramente recebe apoio do setor público. Já em países como França, Bélgica, Portugal e Espanha, o turismo social utiliza dinheiro público e ocorre, basicamente, durante os feriados nacionais; nestas nações, a base para a oferta é a percepção do desfrutar do turismo como um direito de todos (MINNAERT *et al.*, 2009). “Nas Américas, o país precursor do turismo social foi a Argentina. Suas primeiras ações nessa forma de turismo surgiram em 1945” (FALCÃO, 2009, p.122). Podemos afirmar que o turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos foi e é desenvolvido de

maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência Brasileira (FALCÃO, 2006). No Brasil, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio.

O Serviço Social do Comércio e o Turismo Social

Percebemos na seção anterior uma importância atribuída ao lazer organizado dos trabalhadores – amparado pelo discurso de “bem-estar social” ou “paz social” – verificada especialmente na década de 40 em diante. Neste contexto, o Sesc enquanto instituição destinada a dar conta da estratégia de controle do tempo do trabalhador, lança mão de possíveis mecanismos capazes de “acomodar” o trabalhador à dinâmica social brasileira durante este percurso, dentre eles, atividades programadas de turismo, nomeadas posteriormente de turismo social.

O Sesc compõem o chamado sistema ‘S’, que além de terem em comum seu nome iniciado pela letra s, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Além do Sesc, existe o Senac (serviço nacional de aprendizagem comercial), representantes do setor de comércio e serviços; Sesi (serviço social da indústria) e Senai (serviço nacional de aprendizagem industrial), representantes do setor de indústria; Sest (serviço social dos transportes) e Senat (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e Sebrae (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas).

A Entidade, mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Foi criado em 1946 por decreto-lei assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra a partir das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras. De acordo com Corrêa (2010), os principais pontos da conferência falavam da necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, melhor seguro social, seguro de acidentes, maiores férias e benesses ao trabalhador, gerando a titulada Carta da Paz Social. A carta aprovada na conferência continha forte apelo à “harmonia e confraternização entre as classes sociais” que seria resultante de uma “obra educativa” intencional, cuja responsabilidade caberia necessariamente a empregadores e empregados aproximados por “estreito entendimento”. A Carta estabelecia um grande pacto social envolvendo estado, trabalhadores e empresários, que juntos trabalhariam para amenizar os conflitos entre capital e trabalho. O termo então utilizado para esta consagração foi “Paz social” (CORRÊA, 2010).

O Sesc é inicialmente implantado nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Segundo Lamarão e Araújo (1994), foi adotado um sistema descentralizado de organização, contando o Sesc com uma administração nacional (com alguns órgãos de supervisão e de determinação de algumas diretrizes gerais) e administrações regionais dotadas de esfera de competência própria. A primeira administração regional do país foi o Sesc-DF (na época, situada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), seguida pelo Sesc-RJ. A partir de 1961, esta autonomia foi enfatizada pela III Convenção nacional de técnicos do Sesc. Na prática as regionais não subvencionadas (que conseguem se manter sem a ajuda dos recursos financeiros do Departamento Nacional) – SP, RJ, MG, RS e PR – acabam sendo politicamente e administrativamente mais autônomas

do que as regionais que “dependem” financeiramente da administração nacional (recebendo investimentos em infraestrutura, serviços, obras e reformas, especialmente nos seus meios de hospedagem).

De acordo com Figueiredo (1991), projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabiliza (e ainda se responsabiliza) pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social.

Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao turismo foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador. A área escolhida foi Bertiooga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertiooga, também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada a primeira do país. Contudo, foi somente a partir de 1951, após a I Conferência de técnicos do Sesc, que a Instituição retrai suas atividades médico-assistenciais (predominante nos primeiros anos) e começa a priorizar as práticas de lazer oferecidas no tempo de não-trabalho dos comerciários, recomendando a criação de Colônias de Férias e Clubes, além da organização de férias coletivas (CORRÊA, 2010). Mesmo mantendo os serviços médicos e dentários, percebe-se a partir deste momento um propósito educativo com a criação e o desenvolvimento de obras recreativas, culturais e associativas (LAMARÃO; ARAÚJO, 1994).

Seguindo tal tendência, os Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco e no Rio Grande do Sul assinariam, logo após sua criação, contratos de arrendamento de equipamentos da rede hoteleira para a realização de colônias de férias para trabalhadores do Comércio. Em 1952 é inaugurada a Pousada Nogueira, em Petrópolis, que mais tarde receberia o nome de Colônia de Férias Getúlio Vargas, reinaugurada pelo próprio. Ainda na década de 50, tem-se início a programação de excursões rodoviárias com pernoites chamadas de caravanas de turismo social - tendo o Sesc Rio Grande do Sul como pioneiro e durante a década de 50 um dos grandes organizadores destas experiências - e as atividades recreativas nas colônias de férias (COSTA, 2006). Até a década de 70 mais Colônias de Férias foram construídas, como a de Imbetiba, em Macaé-RJ, inaugurada em 1955. Segundo Lamarão e Araújo (1994, p.58), a organização das colônias de férias em algumas administrações regionais do Sesc *“resultou de uma avaliação das condições de trabalho dos empregados do comércio, que constatou ser imperiosa a necessidade de oferecer à categoria, durante o período de férias, oportunidade de recuperação das energias despendidas ao longo de um ano de trabalho”*.

De acordo com Costa (2006), o maior mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos. Contudo, na opinião de Sant’anna (1994, p.48), *“o Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, no da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários”*. Devemos indagar se este discurso educacional tem como pano de fundo uma ideia civilizatória. Silva (2008: 101) recheia a discussão, ao dizer que:

Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 foi cada vez mais frequente o uso do termo 'lazer' nos discursos políticos, destacando-se principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio, considerado um perigo social. O lazer se constitui, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados do "tempo livre", que na época passaram a ser substituídas por formas de lazer institucionalizadas.

Conforme Luiz Wilson Pina⁹, a partir da década de 70, o trabalho no Sesc teve que ser "modernizado"; este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertioga se tornara pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e por conseguinte, dos comerciários. Como alternativa, o Sesc-SP aumentou consideravelmente o número de excursões para determinados locais turísticos, realizando passeios de fins de semana e viagens orientadas para camadas sociais com renda de moderada a baixa, estimulando o uso intensivo dos seus equipamentos de hospedagem e lazer (FALCÃO, 2006) e de alternativos, como pousadas, colégios e mosteiros, firmando convênios também com diversos hotéis (ALMEIDA, 2001). Este pode ser considerado um aspecto positivo dos projetos de turismo social da Instituição: a tentativa de adequação da "oferta hoteleira já existente a uma demanda crescente das classes menos favorecidas por alternativas de turismo viáveis" (MENEZES *et al*, 2010: 22). De acordo com Menezes *et al* (2010, p.22): "*isso reduz a ociosidade do trade turístico, inclusive durante a baixa temporada, e possibilita o seu acesso a novas camadas consumidoras, democratizando o consumo de turismo e lazer*". Deve-se destacar que a tentativa de "equalização" da sazonalidade (esta considerada uma das maiores "vilãs" da atividade turística) realizada pelo Sesc foi endossada por todos os entrevistados.

Esta gama de serviços e equipamentos passa a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de usuário), que tem acesso a um preço *ocasionalmente* diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico. Segundo um dos entrevistados¹⁰, o "ocasionalmente" varia bastante de regional para regional; dependendo do Estado, experiências turísticas concretamente acessíveis para indivíduos ou famílias de baixa renda são raras ou inexistentes. Sobre essa compreensão, Luiz Pina e Sílvia Hirao¹¹ descrevem que o turismo emissivo tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que as unidades do Sesc competiam com as agências de viagens privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Quanto a isso, o depoimento de um gerente de uma das unidades do Sesc Rio provoca reflexões quanto as ações envolvendo o turismo da Instituição, que para ele, não representava a comunidade local¹²: "*Era um turismo comercial, com parceiros, com um valor não acessível a essas pessoas e nem ao próprio comerciário [...] na verdade, o trabalho do Sesc não é competir com as empresas de turismo*" (CHEIBUB, 2009, p.63)¹³.

Em 1979 o Sesc-SP adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena (1972), também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pelo Bureau Internacional de Turismo Social - BITS (BUREAU, 2010). O BITS (atual OITS – Organização Internacional de Turismo Social) se autodefine como uma ferramenta internacional para o

desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 7 de junho de 1963, com sede em Bruxelas, é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social, afirmando-se como uma fonte de intercâmbio de ideias e constituindo-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruí-los sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (BUREAU, 2010). Dois princípios fundamentais estão enunciados na declaração supracitada, considerada o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta “modalidade” de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo.

Em 1980, o Sesc paulista filia-se ao OITS¹⁴, tornando-se a primeira organização das Américas a integrá-lo, participando ativamente dos encontros internacionais promovidos pela Organização. Posteriormente, em 1996, é signatário da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. A declaração agregou questões como o turismo de base comunitária, equidade social pelo turismo e no turismo, responsabilidades individuais de turistas e anfitriões, turismo para jovens, turismo para portadores de deficiências e economia social solidária (BUREAU, 2010). Certamente uma ampliação na concepção mais geral de turismo social e que pode ser visto parcialmente na prática com o exemplo do turismo emissivo do Sesc São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado um guia local e são utilizados equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; além disso: “As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional” (COSTA, 2006, p.17). Por outro lado, algumas “unidades-hospedagem” nomeadas de Colônias de Férias (como a de Bertioga-SP, Venda Nova-MG e Nogueira-RJ) apresentam pouquíssimas relações com seu entorno, aparentando mais uma “ilha” de desenvolvimento rodeada por comunidades pobres.

Mesmo que, notadamente na regional paulista a partir dos anos 80, percebamos um processo de ressignificação da atividade, ainda hoje são majoritárias as atividades agenciadoras de turismo nas muitas unidades do Sesc-SP. Todavia, algumas unidades tomam cuidado com a destinação, com a época (tentam vender pacotes na “baixa” temporada, conforme já exposto acima), com o público, objetivando não concorrerem diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial. Um dos tópicos do documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social do Departamento Nacional coloca que: “*Não se recomenda o uso de comunicação de massa (Rádio, TV, Jornal) face a interpretação de concorrência por parte das agências de turismo*” (1991, p.13). Podemos conjecturar: se houvesse um processo de seleção dos indivíduos ou famílias que tivessem prioridade no usufruto das ações oportunizadas pelo Sesc¹⁵, seria necessário esta solicitação e a preocupação de possível concorrência com as agências comerciais? Além disso, a diretriz esclarece algo reiterado por dois profissionais entrevistados: a pouca divulgação das atividades turísticas em geral oferecidas pela Instituição.

Há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc e/ou parceiros/patrocinadores - como é o caso do TJC, analisado em minha pesquisa de Mestrado - oferecidos gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De

acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “[...] foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (COSTA, 2006, p.14). No Sesc regional Rio, desde 1978, porém mais intensamente nos últimos vinte anos, podemos perceber uma grande quantidade de trabalhos com idosos, tendo como objetivos a prevenção ao isolamento e à marginalização, criando grupos de convivência e uma movimentada programação recreativa e cultural, incluindo diversos passeios e viagens (LAMARIÃO; ARAÚJO, 1994). Para o desenvolvimento da pesquisa, devemos, de fato, recorrer às posições de Melo (2008) sobre a proliferação, no Brasil, dos chamados *projetos sociais*, que se apresentam como alternativas de inclusão social. Para esse autor, há que se investigar essas iniciativas para além dos discursos, prospectando o seu modo de operacionalização e funcionamento, que explicitam mais adequadamente se as intenções anunciadas tem alguma possibilidade de serem alcançadas.

Marcellino (1987), ao tratar dos valores mais comuns atribuídos ao lazer, chama a atenção para uma visão funcionalista, que se manifesta em algumas abordagens, dentre as quais a utilitarista e a compensatória. A primeira reduz o “lazer à função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento” (p.37). Na segunda “o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho” (p.37). Ainda dentro da ótica funcionalista, Medeiros (*apud* Marcellino, 1987, p. 38) destaca que as atividades de lazer “ao canalizarem tensões e descargas da agressividade, contribuem para reduzir as transgressões da ordem social, funcionando como válvulas de segurança da sociedade”. Sobre esta compreensão, Marcellino (1987, p.41) interroga: “O lazer como ‘assimilador de tensões’ não teria essa função de desviar a atenção dos problemas sociais e pessoais [...], perturbadora da ‘paz social’?”. Como ficou evidente na discussão anterior, algumas práticas envolvendo o turismo social podem se inserir em ambos os vieses, o compensatório e o utilitarista.

Fincado nessa dinâmica, um conceito logicamente a ser discutido é o de turismo, apresentado neste artigo como uma prática de lazer envolvendo um deslocamento¹⁶ socioespacial e sociocultural de indivíduos ou grupos, certamente uma experiência para quem tem acesso e oportunidade(s). Falcão (2006, p.133) enfatiza que o turismo não deve estar “mais unicamente relacionado aos visitantes [...], mas também aos anfitriões, que devem ter tanto acesso aos recursos turísticos como aos benefícios do turismo [...]”. Aliás, o direito a experiência turística - inserido no direito ao lazer, presente na Constituição Brasileira desde 1988 - é um dos princípios fundamentais enunciados na já mencionada Carta de Viena. No entanto, a maioria da população não tem acesso à malha urbana de espaços de lazer da cidade onde vive, nomeado por alguns teóricos de “turismo urbano”. Uma pesquisa realizada dentro do planejamento de implantação do projeto Carioquinha¹⁷ mostrou que grande parte dos cariocas não conhecia os principais cartões-postais e atrativos turísticos da cidade – o que é um paradoxo, pois o atrativo turístico deveria ser pensado, antes de qualquer coisa, como um equipamento de lazer para seus moradores¹⁸.

Esta exclusão permeada pelo exemplo do turismo – como prática intimamente ligada ao lazer e a cidade – apresenta algumas dimensões que precisam ser observadas na pesquisa. Existe um discurso de bem-estar social presente nos intentos de vários projetos

envolvendo o lazer e a cultura, o que sugere, muitas vezes, uma lógica funcionalista e possivelmente assistencialista, como bem nos apresenta Ribeiro (2006, p.159):

[...] há sujeitos sociais com o poder de incluir e há os que são considerados objetos e, portanto, que são incluídos ou que, numa perspectiva assistencialista e de manutenção do *status quo*, são colocados para “dentro” novamente. Se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica do modo de produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/ou inserção social são estratégias para integrar os objetos – os excluídos – ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, de manter sob controle as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, móveis da exclusão social.

A ideia de turismo, quando encarada dentro da ótica da inclusão social, é premissa para se chamar “turismo social”? Antes de classificar, devemos perguntar: o que é e o que quer o turismo social¹⁹? Em outras palavras, incluir em quê e por quê? Para tentar enfrentar estas questões, precisaremos habitar o campo semântico do turismo social.

Turismo social: a produção acadêmica

No Brasil, examinando as pesquisas que refletem sobre a organização dos lazeres dos trabalhadores, as com mais densidade estão relacionadas à recreação operária ou à relação do lazer em geral com instituições de poder. Alguns pesquisadores vêm buscando entender as propostas do empresariado e do Estado no que se refere às relações históricas entre tempo de trabalho e não-trabalho (CORRÊA, 2008) – algumas investigações tangenciam o tema da experiência turística, como a de Rodrigues (2010), em que ela destaca um sub-capítulo para a seção de excursões do SRO. Podemos citar mais duas teses de Doutorado: Gomes (2003), analisando três experiências institucionais pioneiras no âmbito das políticas públicas entre os anos de 1926 e 1964 (o Serviço de Recreação Pública criado em 1926 em Porto Alegre; Os jardins de recreio em São Paulo em 1935; e o SRO); e o trabalho de Brêtas (2007), onde a autora articula aspectos da “cultura popular” com o SRO. Mesmo não apresentando o turismo como foco, esses autores avançaram de algum modo nas reflexões supracitadas.

Existem algumas pesquisas sobre o Sesc, com enfoques e perspectivas diversas; entretanto articulando o turismo social a Instituição são poucas, todas realizadas na última década e no nível de mestrado: a principal delas é a de Almeida (2001), em que o autor dialoga o fenômeno com a conjuntura econômica do Brasil dos anos 90 e faz um breve histórico do turismo social no mundo, dedicando um espaço no seu trabalho ao Sesc. No capítulo principal ele faz uma discussão teórica envolvendo as principais concepções e significados do turismo social.

No Brasil não há teses de Doutorado que pesquisem a atuação do Sesc com o turismo social, ou mesmo a história da Instituição. Apesar de não mencionar o termo turismo social, a tese de Nery (1998) vai pesquisá-lo indiretamente através de uma pesquisa etnográfica buscando examinar os valores e formas sociais que cercam a instituição do *passeio* nas classes populares.

Outras poucas dissertações sobre o turismo social tendo como objeto de estudo o Sesc não apresentam um olhar crítico sobre a Instituição, seus discursos e ações, apenas reproduzem sua ideologia de maneira irrefletida. Podemos citar Scaranici (2004) e seu trabalho que objetivou refletir sobre a prática do lazer turístico executado pelo Sesc São Paulo tendo como foco o duplo aspecto educativo do lazer – o lazer como objeto e veículo de educação - implantado na Entidade através de contatos profissionais com o sociólogo francês Jofre Dumazedier.

Merecem destaque duas dissertações que representam inversamente a temática acima - pesquisas sobre a história do Sesc, na qual o turismo aparece tangencialmente, sem uma análise mais apurada da prática: Figueiredo (1991) pesquisa o contexto da criação do Sesc (e do Sesi) e os vários significados do lazer presentes em suas experiências. Nesta toada, Corrêa (2010) investiga a criação e o funcionamento do Sesc, tendo como categoria operacional as análises das propostas e preocupações com o lazer e uso do tempo livre do trabalhador brasileiro, considerando também reflexões acerca dos governos Vargas e Dutra.

Sobre as ações do Ministério do turismo (Mtur), parece que nos últimos anos há um movimento de aproximação ao entendimento *lato* de turismo social por parte do governo. Um exemplo disso foi a coletânea *Turismo – viagens de inclusão* (2006), fruto de um seminário de mesmo nome organizado pelo Mtur em parceria com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), estimulados pela compreensão das inúmeras oportunidades de integração social que podem ser abertas pelo turismo. Temas como “turismo e as relações com a infância e juventude”, “turismo de intergeracionalidade entre jovens e idosos”, “turismo e acessibilidade”, “igualdade racial e turismo”, “turismo e orientação sexual”, “sociedades indígenas e turismo”, são nucleares na questão mais ampla do turismo social. O problema conceptual desta coletânea é que o turismo social, para receber a atenção do governo - curiosamente de um governo notadamente inclinado para as políticas sociais - teve que se transformar em GTT (Grupo técnico temático), ou seja, passou a ser considerado um segmento da atividade turística, o que, baseado na sua história e fundamentação, claramente não se adequa.

Considerações finais

Diferentemente dos países europeus e alguns latino-americanos - que, por possuírem uma densidade de atuação, principalmente no âmbito público, acabam tendo mais pesquisas e escritos sobre turismo social - no Brasil, obras ou pesquisas que analisem criticamente e a fundo o fenômeno são praticamente inexistentes (seja com um viés institucional ou não). Dias (*apud* MENEZES *et al*, 2010, p.12) sugere que o tema “*ainda está para ser estudado*” e aponta perguntas sobre turismo social no país que “*só serão respondidas com um intenso trabalho de pesquisa a quem se dispuser fazê-lo*”. O desenvolvimento dessa pesquisa pretende se infiltrar nesta lacuna por meio da análise de documentação e fontes orais ainda pouco exploradas pelos pesquisadores.

Em conformidade com nossa proposta, a metodologia privilegiada será a história oral, cuja principal função é fazer o registro da história de vida de pessoas envolvidas com o objeto de pesquisa. Os entrevistados estão sendo escolhidos pela sua importância nas decisões que iniciaram e/ou modificaram os rumos, objetivos e diretrizes do Sesc (e as nuances infiltradas nestas), em que o lazer e o turismo passam a receber prioridade na atuação da Instituição. Será privilegiada não somente a memória dos profissionais como também outros atores sociais: o usuário, turista, indivíduos que vivenciaram as atividades oferecidas – enfim, pessoas que igualmente participaram e se envolveram com a origem e os desdobramentos do turismo social na Entidade.

Com o intuito de ajudar numa possível consistência contextual da política e de importantes episódios do cenário macro social do país - principalmente no final da década de 40 (ocasião da criação do Sesc) e nas décadas de 50 e 60 (consolidação e desenvolvimento do Sesc enquanto organizador dos lazers de uma parte da população) – estamos buscando, além de bibliografia especializada e pertinente, documentos que fazem parte do acervo do arquivo do centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da FGV (RJ e SP), do arquivo nacional, da biblioteca nacional e do arquivo geral da cidade do Rio.

Apesar da escassez de documentos escritos no Sesc - majoritário e principal lugar de fontes da pesquisa - estes serão significantes para o trabalho. Sabendo-se que a Instituição foi gestada sob a égide do capital privado, daremos voz aos discursos do empresariado por meio dos documentos de origem institucional. Os documentos de caráter jurídico e normatizador mais significativos são oriundos das quatro convenções de técnicos do Sesc, além da carta da paz social fruto da I conferência das classes produtoras. Este corpo de fontes será fundamental para a pesquisa, pois são documentos que podem indicar as intencionalidades presentes na criação e nas ações da Instituição. Existe também a documentação - especialmente relatórios técnicos e atas de reuniões - e as imagens produzidas por seu Departamento Nacional, órgão que tinha (e ainda tem) a função de traçar as diretrizes gerais da Entidade. Esta documentação é fundamental para analisar a relevância que o Sesc dava ao lazer, em especial foco ao turismo, e quais valores e mensagens estavam por de trás desta oferta de atividades. Toda a documentação descrita neste parágrafo está sendo, em maior parte, acessada no Sesc-DN (Departamento Nacional do Sesc).

É igualmente objetivo da continuidade deste trabalho analisar e cotejar a abrangência e qualidade das ações envolvendo o turismo social ao longo da história do Sesc. Poderemos encontrar em cada unidade do Sesc (RJ e SP) as fontes mais constantes, que seriam as documentações descritivas acerca do que era feito (relatório de atividades, estatísticas, livretos informativos e outras publicações). Outro grupo de documentação é oriundo de acervos pessoais, de pessoas que trabalharam ou vivenciaram o turismo social. No Sesc-SP existe a gerência de estudos e desenvolvimento, que atualmente está centralizando, na sede da regional, os dados existentes em cada uma de suas unidades, realizando um trabalho de catalogação e organização dos documentos disponíveis. No Rio estava sendo feito um trabalho semelhante, reunindo

imagens e documentos que contavam a trajetória da regional, entretanto está paralisado há quase dois anos, sem previsão de retorno.

Nossa análise avançará na medida em que procuraremos além de dados, desvendar os discursos Estatal e empresariais da Entidade. Por meio desta documentação será possível a análise da construção da memória do Sesc, componente fundamental da sua identidade no período em que o lazer do trabalhador se tornara foco de atenção. Dessa forma, somado ao nosso arcabouço teórico, tentaremos explorar novas formulações teóricas acerca do turismo social e a atuação e intencionalidades do Sesc neste âmbito. De modo mais específico, como tal instituição fazia-se e faz-se presente na vida do trabalhador brasileiro e de seus familiares.

Nas análises que foram realizadas até o momento envolvendo as duas regionais, podemos perceber algumas diferenças em relação às diretrizes no que tange a “filosofia” implementada com o turismo social e algumas semelhanças na operacionalização e no funcionamento metodológico dos setores de turismo das unidades de ambas. Quase todas as unidades apresentam um setor de turismo social que pouco dialoga com uma concepção mais ampla, não proporcionando um acesso mais extenso. Quanto a relação teoria/prática verificada nas últimas décadas, existem consonâncias e dissonâncias entre as experiências das regionais do Sesc e o caminho conceitual do turismo social no mundo. O Sesc-SP já há algumas décadas e o Sesc-DN nos últimos anos tem buscado conhecimento e trocas científicas e políticas por meio da promoção e organização de eventos junto ao OITS.

Na opinião de um dos profissionais entrevistados, o Sesc faz bastante pelos comerciários e seu familiares, questionando até se outras associações de classe conseguem realizar o mesmo. Contudo ele avalia que em algumas regionais não há uma preocupação social envolvendo o turismo, em outras palavras, “*não se esforçam o bastante para oferecer o menor preço possível*”, o que aponta para uma de nossas hipóteses principais: o quanto de turismo social efetivamente há no Sesc? Outra questão assumida por um dos profissionais é a carência na Instituição de mão de obra tanto em quantidade quanto em qualidade: “*o trabalho é feito muitas vezes com equipes restritas*”; tem-se a estrutura física (vide os diversos meios de hospedagem do Sesc espalhados pelo Brasil), porém, para ampliar a demanda seria necessário a contratação e a capacitação de profissionais que pudessem dar conta de um maior volume de trabalho. Além disso, as políticas comerciais entre as regionais – na conjugação entre emissão e recepção, sobretudo envolvendo grupos de turistas²⁰ – nem sempre se coadunam de maneira eficaz. Certamente é necessário o aprofundamento da pesquisa de campo para a obtenção de mais resultados e conclusões.

Num momento em que o lazer e o turismo estão presentes, senão como práticas, mas como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate os primórdios dessa atenção que recebe o tempo de não-trabalho, notadamente, a análise crítica de práticas como o turismo e a viagem num contexto mais amplo que oscila e apresenta complexas matizes entre dois pólos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais ex-

periências & instrumento de controle e busca de *paz social*. Assim como ressalta Chauí (1997), cumpre-nos encontrarmos as brechas por onde passa o contra discurso e a contra prática que definem a crítica. Entender como a criação de significados a respeito do turismo - enquanto possibilidade de lazer - é pressionada pelo jogo político e econômico nos parece uma área fértil no campo da história e das ciências sociais.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. V. Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. **Dissertação** de Mestrado, ECA/USP, São Paulo, 2001.
- ALVES-JÚNIOR, E.D.; MELO, V.A (). **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.
- ARAÚJO, S. M. Artífício e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica. *In*: BANDUCCI-JÚNIOR, A.; BARRETO, M. (Ed.) **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001, pp.49-63.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRÊTAS, A. (). 'Nem só de pão vive o homem': criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). **Tese** de Doutorado, Faculdade de Educação/UERJ, Rio de Janeiro, 2007.
- BRÊTAS, A. Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). *In* BRÊTAS, A.; ALVES-JÚNIOR, E.D.; MELO, V. A. (Ed.) **Lazer e cidade**: reflexões sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Shape, 2008, pp.43-71.
- BUREAU. Bureau internacional du tourisme social. **Estudios Turísticos**, Madrid, v.67, pp.147-154, 1980.
- CAMARGO, L.O.L. A produção do lazer no município de São Paulo. *In*: SILVA, L. P. (Ed.) **Atlas dos municípios brasileiros** (no prelo).
- CAMARGO, L.O.L. Perspectivas para o lazer com o impasse da luta pela redução da jornada de trabalho: o caso brasileiro. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.2, pp.1-32, 2009.
- CARIOQUINHA. **Carioquinha**. Disponível em:
<<http://www.carioquinha.com.br/2007/apresentacao.asp>>. Acesso em: 2 ago. 2007,.
- CARTA DE VIENA. **Estudios Turísticos**, Madrid, v.68, pp.217-219, 1980.
- CASTRO, C. Narrativas e Imagens do turismo no Rio de Janeiro. *In*: VELHO, G. (Ed.) **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, pp.80-87.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHEIBUB, B.L. **Lazer, experiência turística, mediação e cidadania**: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ). **Dissertação** de Mestrado, Mestrado Interdisciplinar em Lazer/UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CORRÊA, A.A.A. A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). **Anais** do XIII Anpuh-Rio, 2008, pp.1-12.

CORRÊA, A.A.A. A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do serviço social do comércio (Sesc). **Dissertação** de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social/UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, F. R. **Turismo para todos**: Turismo Social no Sesc-SP. São Paulo; Sesc, 2006.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO SESC. **Documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Informação Sesc/DN, 1991.

EESC - European Economic and Social Committee. **Opinion of the Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe**. Brussels: EESC, 2006.

FALCÃO, C.H.P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. *In*: CARVALHO, C.L.; BARBOSA, L.G.M. (ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006, pp.127-145.

FALCÃO, C.H.P. Turismo Social. *In* BARROS-JÚNIOR, J.C. (Ed.) **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Edicon, 2009.

FIGUEIREDO, B.G. A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio. **Dissertação** de Mestrado, Faculdade de História/Unicamp, Campinas, 1991.

GOMES, C.L. Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). **Tese** de Doutorado, Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

GOMES, C.L.; SOUZA, T. R.; LACERDA, L.L.L.; VEIGA, R.T. Inserção do lazer no contexto da pós-graduação stricto-sensu em turismo/hospitalidade no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.3, pp.54-66, 2008.

LAMARÃO, S.T.N.; ARAÚJO, R.C. **Memória SESC Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sesc-ARRJ, 1994.

LIMA, J.; EUSÉBIO, C.; VARUM, C.A. O combate à exclusão social através de programas de Turismo Social para famílias economicamente carentes *In*: **Revista Encontros Científicos – Tourism and Management Studies**. Número especial online, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MATHEUS, Z.M.A. Idéia de uma cidade hospitaleira. In DIAS, C.M. (Ed.) **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri/SP: Manole, 2002, pp.57-67.

MELO, V.A. Projetos sociais de esporte e lazer e a participação da comunidade: repensando os modelos atuais. In: VENTOSA, V. (ed.) **Los agentes de la animación sociocultural**. Madrid: Editorial CCS, 2008, pp.252-275.

MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson, **Est. Hist.**, vol. 23, n.45, pp.5-26, 2010.

MENEZES, P.; MOTTA, P.; SILVA, T.C.; VIDAL, M.O; CASTRO, D.C. Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. **Anais** do 4º. Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, 2010, pp.1-24.

MINNAERT, L.; MAITLAND, R.; MILLER, G. Tourism and social policy: The Value of Social Tourism. **Annals** of Tourism Research: Elsevier Ltd, v.36, n.2, pp.316-334, 2009.

Mtur - Ministério do Turismo. **Turismo Social - diálogos do Turismo**: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

Mtur - Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília, s.d.

NERY, P.R.A. Viagem, passeio, turismo: um estudo comparado do deslocamento com valor. **Tese** de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas/SP: Alínea, 2005.

PARK, R. E. **The city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

PINTO, L.M.S.M. Políticas Públicas de Lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N.C. (ed.) **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008, pp.79-95.

PORTER, R. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, A. (ed.) **História dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 2001, pp.19-58.

PORTO, T. As tecnologias de comunicações e informação na escola; relações possíveis... relações construídas, **Revista Brasileira de Educação**. v.11, n.31, pp.43-57, 2006.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ.Soc.**, v. 27, n. 94, 155-178, jan./abr. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 7 de Abril. 2006, 2006.

RODRIGUES, J.P. Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. **Tese** de Doutorado, Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 2010.

SANT'ANNA, D.B. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo 1969/1979): São Paulo: Marco Zero, 1994.

SCARANCI, M.A. Turismo Social - Concepção e Prática: O Serviço Social do Comércio no Estado de São Paulo/BR. **Dissertação** de Mestrado, Mestrado em Educação, Administração e Comunicações/USM, São Paulo, 2004.

SILVA, D.A.M. Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação socio-cultural. *In*: MARCELLINO, N.C. (ed.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008), pp.97-117.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 2001.

WEBER, E. **França fin de siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Notas

¹Este artigo, oriundo de pesquisa de campo que ocorre desde março de 2011, representa a continuação de outro artigo publicado na revista Dos Algarves. De 31 de dezembro de 2011 (data do envio do artigo para publicação na revista Dos Algarves) até 17 de agosto de 2012 (data de envio do artigo revisado para a publicação nesta revista, a RBecotur), aproximadamente 8 meses, mais duas entrevistas, as visitas ao arquivo do Sesc Nacional e a contribuição dos debates sobrevividos da disciplina optativa que ministrei na UFF no 1º semestre de 2012, intitulada “Turismo social: fundamentos e ações”, trouxeram novos autores, reflexões, resultados e conclusões a este novo trabalho aqui publicado.

²Mestrado Interdisciplinar em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração “Lazer, Cultura e Educação”. Dissertação intitulada “Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)”, inserida na linha de pesquisa “Lazer, Cidade e Grupos Sociais”, orientada pelo Prof. Dr. Victor Andrade de Melo e defendida em junho de 2009.

³Jornada que no auge da revolução industrial chegara a “desumanas” 16 horas por dia.

⁴Esse processo se inicia no Brasil no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX.

⁵Para não desviarmos da construção do objeto de estudo a ser trabalhado neste artigo, não cabe neste momento uma análise mais crítica deste contexto. Contudo, sobre a legislação de Vargas, Luiz Octávio de Lima Camargo afirma que, apesar de ter aliviado a dura situação dos trabalhadores (sobretudo da indústria) teve, “como subproduto negativo, a interrupção do aprendizado dos sindicatos neste gênero de luta, fato hoje, sem dúvida, a ser lamentado” (Camargo, 2009: 4).

⁶Estamos compreendendo como tecnologias “os produtos das relações estabelecidas entre sujeitos com as ferramentas tecnológicas que têm como resultado a produção e disseminação de informações e conhecimentos” (Porto, 2006: 44).

⁷Concordamos plenamente com Ângela Bretãs (2008) a respeito do emprego da palavra “povo” nesta pesquisa: quando nos referimos ao povo, estamos atentos para sua diversidade, logo ao utilizarmos termos tais como povo, trabalhadores ou operários, supomos que os mesmos descrevem um conjunto marcado pela diversidade de origem, formação e inscrição social.

⁸Depoimento que está presente no documento denominado “Plano de atividades recreativas para os setores regionais – a Educação Física e o desenvolvimento das atividades recreativas entre trabalhadores”. Documento de seu acervo pessoal que descreve a finalidade das atividades desportivas e culturais que deveriam ser desenvolvidas pelos centros e representações regionais do SRO (Rodrigues, 2010).

⁹Profissional do Sesc, foi um dos construtores do que seria o centro de documentação e pesquisa do Sesc Rio.

¹⁰Dois dos quatro entrevistados preferiram manter o anonimato até a publicação final da tese, aonde poderão ser referenciados.

¹¹Sílvia Hirao integra a coordenação de turismo social do setor de programas sócioeducativos do Sesc SP. Tanto Silvia quanto Luiz Pina foram entrevistados preliminarmente para a construção deste trabalho. Ambos aceitaram serem citados e referenciados.

¹²Se referindo especificamente às pessoas da região da Leopoldina.

¹³Depoimento retirado das entrevistas que realizei na pesquisa de mestrado.

¹⁴O Sesc Rio até hoje não é afiliado ao OITS. O Sesc Nacional filiou-se somente em 2011.

¹⁵Assim como acontece em diversos programas de órgãos e instituições europeias, onde a renda e a quantidade de pessoas na família são os critérios principais ao priorizar o acesso ao turismo (LIMA *et al*, 2011).

¹⁶A categoria viagem não pode ser a principal referência para o turismo, sendo mais significativa a ideia de ‘deslocamento’ (Gomes *et al.*, 2008, p. 64), já que a distância espacial entre os lugares ou sua demarcação geopolítica não infere no sentimento que muitas pessoas têm de que o turismo é um passeio, podendo ser mais longo ou curto, mais perto ou distante, na mesma cidade e acontecendo em um mesmo dia.

¹⁷Projeto patrocinado pela prefeitura do Rio que surgiu com o objetivo de proporcionar aos cariocas descontos e programações especiais oferecidas por pontos e serviços turísticos da cidade (2007).

¹⁸Zilda Matheus (2002) nomeia tanto o visitante quanto o anfitrião de “moradores” – temporários ou não.

¹⁹Será importante para a continuidade da pesquisa reconhecer as diversas noções e concepções à respeito do termo, ao longo da história e em diferentes culturas e contextos. Para tal, começaremos a analisar como o termo Turismo Social aparece nos principais jornais e revistas do Rio e de São Paulo (Folha de São Paulo, O Estado de

São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, revista Veja, dentre outros) desde 1946 até hoje, tentando perceber: como o senso comum percebe ao longo dos tempos esta expressão? A associação entre Turismo Social e Sesc sempre existiu? Se sim, quando começou a existir? Em outras palavras, ao buscarmos nestas mídias a expressão “turismo social”, examinaremos: aonde aparece? Quando aparece? Em que contexto? E como?

²⁰Como exemplo disso, o meio de hospedagem prioriza a recepção de turistas individuais enquanto uma unidade emissora vende para este hotel pacotes em grupos, gerando assim problemas táticos e operacionais.

Bernardo Lazary Cheibub: Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Email: bernardocheibub@id.uff.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3403295501230221>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de agosto de 2012

Data do aceite: 17 de agosto de 2012

Avaliado anonimamente